

**“Ya de paz, ya de guerra”: desertores e fugitivos
nas campanhas do Rio da Prata colonial.**

Hevelly Ferreira Acruche¹

Resumo: As guerras pela posse de territórios envolvendo portugueses e espanhóis têm sido tema relevante na historiografia nacional e internacional. No caso específico do Rio da Prata, a posse da praça da Colônia do Sacramento tornou-se um baluarte estratégico para lusos e hispânicos e seus estabelecimentos coloniais. Ao longo da segunda metade do século XVIII, conflitos envolvendo as duas coroas permitiram que um teatro de operações fosse organizado a fim de combater um inimigo considerado poderoso cuja derrota poderia representar o domínio da navegação dos rios no extremo sul da América. Nesse sentido, o objetivo central deste artigo é tratar do papel dos desertores das tropas portuguesas e espanholas no trânsito de informações sobre o estado de forças dos beligerantes, seu ânimo e as defesas dos impérios ibéricos coloniais às vésperas da chegada de uma expedição comandada por D. Pedro de Cevallos à Praça da Colônia do Sacramento e outras regiões do extremo sul português em 1776.

Palavras-chave: militares; guerra; Rio da Prata; recrutamento; deserção.

**"Ya de paz, ya de guerra": deserters and fugitives
in the colonial Rio de la Plata's campaigns.**

Abstract: Wars for possession of territory involving Portuguese and Spanish have been relevant topic of national and international historiography. In the specific case of the River Plate, the possession of the square of Colonia del Sacramento became a strategic stronghold for Lusos and Hispanics and their colonial settlements. Throughout the second half of the eighteenth century, conflicts involving the two crowns allowed a theater were organized to fight a considered powerful enemy whose defeat could represent the control of navigation of the rivers at the southern end of America. In this sense, the main objective of this article is to address the role of deserters from the Portuguese and Spanish troops in the traffic information on the status of forces of belligerents, his courage and defense of colonial Iberian empires on the eve of the arrival of an expedition commanded by D. Pedro de Cevallos to the Plaza de la Colonia del Sacramento and other regions of the extreme south Portuguese in 1776.

Key-Words: military; war; Río de la Plata; recruiting; desertion.

Artigo recebido em: 24/10/2016

Artigo aprovado para publicação em: 07/03/2017

¹ Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Professora de História na Secretaria de Estado e Educação do Rio de Janeiro – SEEDUC – RJ. E-mail: hfacruche@gmail.com



Introdução

No ano de 1749, o Governador da Colônia do Sacramento, D. Luis Garcia de Bivar, informava ao Governador de Buenos Aires, D. José de Andonaegui, que

[...] O Cap[itão] Pedro Lobo Botelho me avisa q[ue], zeloso do sossego destes dois Governos, praticará com [...] quanto seria útil não darmos couto a desertores porque deste modo evitamos os roubos, mortes e deserções q[ue] estes fazem fiados no [...] das duas Coroas, seja V.S^a não desagradará ao ajuste de restitui-los de ambas as partes [...].²

Sabemos que a entrada de desertores pelas fronteiras dos impérios ibéricos no extremo sul da América era fato bastante comum, principalmente nos períodos onde o conflito entre portugueses e espanhóis era iminente. A posse da Praça da Colônia do Sacramento, a qual foi objeto de cinco Tratados internacionais ao longo do século XVIII, era um dos elementos centrais de disputa. Inicialmente ocupada pelos portugueses em 1680, tornou-se alvo dos interesses hispânicos ao longo dos Setecentos e conseqüentemente um território disputado em conflitos bélicos e objeto de troca em acordos diplomáticos e comerciais, constituindo um espaço de trocas e interações entre portugueses e espanhóis no sul da América. A fundação de Sacramento e seu desenvolvimento constituíram, segundo Prado (2003),

a materialização de um espaço fronteiro na Banda Oriental (margem norte do rio da Prata, aproximadamente o território do atual Uruguai). Foi a reprodução das velhas fronteiras ibéricas numa região onde, além de portugueses e castelhanos, havia índios e jesuítas para habitar concomitantemente o espaço. (PRADO, 2003, p. 81)

Para manter o domínio daqueles espaços, era fundamental a existência de pessoas para defendê-la de possíveis ataques inimigos. Nesse sentido, o envio de tropas para aquela região respondia não somente à necessidade de defesa, mas também ao estabelecimento de uma fronteira que fosse benéfica a um dos lados beligerantes. Cabe ressaltar que a presença portuguesa na Colônia do Sacramento nos ajuda a compreender a importância daquele espaço para o comércio, seja legal ou ilegal, naquelas paragens. Num contexto onde acrescentar novos territórios poderia representar a aquisição de

² OFÍCIO de D. Luis Garcia de Bivar para D. José de Andonaegui. Colônia, 26/03/1749. Arquivo Nacional. Códice 94, vol. 1.

novos súditos, riquezas e conferir maior prestígio ao monarca, a região de Colônia era o ponto de confluência entre portugueses e espanhóis no Prata. (MENZ, 2009, p. 33)

Nesse sentido, compreendermos as flutuações da fronteira e seus impactos sobre as populações portuguesas e espanholas nas colônias é fundamental. A assinatura do Tratado de Madri em 1750 mostrava uma mudança na geopolítica lusitana, a qual se pautava na ocupação efetiva do território, aproveitando as movimentações de bandeirantes em face da dificuldade de manutenção da Colônia. A incorporação do território do Rio Grande, no decorrer do século XVIII, também seguiu esta lógica, embora a superposição de autoridades estivesse atrelada a sua condição de beligerância no contexto mais amplo das relações entre lusos e hispânicos.

A manutenção da ordem estabelecida pelo Tratado de Madri, onde o *uti possidetis* e as fronteiras naturais seriam as bases para a demarcação dos territórios portugueses e espanhóis, foi complicada pela própria dificuldade de cumpri-lo por parte das comissões designadas para o estabelecimento destes limites. Assim como os problemas de ordem técnica e inerentes às comissões, os efeitos da resistência indígena missioneira conhecida como Guerra Guaranítica (1754-1756) – embora produzida em um grau de improvisação onde a numerosa tropa e o impacto geográfico pouco conhecido pelos europeus poderiam vir a fazer a diferença –, levaram ao colapso das tentativas de demarcação dentro dos meios propostos em 1750 (QUARLERI, 2009). Ademais, a morte de Fernando VI e a ascensão de Carlos III ao trono espanhol permitiram uma mudança de rumos das relações internacionais da Espanha. Por isso, houve certa aceitação para proceder à revogação do Tratado de Madri pelo Tratado de El Pardo, assinado em 12 de fevereiro de 1761.³

Assim, a situação fronteiriça na América ibérica retornou ao *status* de antes de 1750, em que a Espanha continuava com o domínio do território das Missões Orientais do Uruguai e Portugal, da Colônia do Sacramento. Nesse mesmo período, a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) foi um evento que teve suas repercussões no estuário platino. As disputas territoriais e, por conseguinte, a navegação do estuário do Rio da Prata, eram elementos preciosos tanto aos portugueses quanto aos espanhóis. Nesse sentido, o envio

³ Através deste acordo, o Tratado de Limites da Ásia e América, firmado onze anos antes, foi cancelado em todos os seus pontos. Foi decretada a destruição de todas as habitações, casas e fortalezas construídas por ambas as partes em virtude desse Tratado.

de campanhas militares lideradas pelo General D. Pedro de Cevallos, à época Governador de Buenos Aires, levou os lusitanos a perderem territórios como o continente do Rio Grande e a Colônia do Sacramento em 1762. Com a ausência de negociações por um novo tratado de limites, dado o fracasso do Tratado de Madri (1750), o final do conflito no continente europeu era sinônimo de uma relativa paz entre as duas metrópoles e, posteriormente, as suas respectivas colônias – o que, por sua vez, abriria caminhos para a negociação de um novo tratado de limites. (REZENDE, 2006, p. 280) A partir da assinatura do Tratado de Paris em 1763, os espanhóis tiveram de devolver a referida Praça da Colônia. Porém, houve resistências a esta ação por parte de Cevallos, que não abandonou o Rio Grande diante do armistício firmado com os portugueses. (BIROLO, 2014, p. 90) No ano de 1777, o tratado de Santo Ildefonso deu à Espanha a posse efetiva da Colônia do Sacramento e permitiu aos portugueses recuperarem a ilha de Santa Catarina e o continente do Rio Grande.

Para manter a defesa em regiões que viviam em constante estado de conflito, o recrutamento militar era imprescindível. Dentre os séculos XVII e XVIII, as técnicas de recrutamento foram variáveis, flutuantes em função de conjunturas econômicas, sociais e da própria capacidade da monarquia para realizar esse processo em termos financeiros e operacionais. (ANDÚJAR CASTILLO, 2013, p. 238) Opção destinada aos pobres livres, vadios, desocupados e escravos, o recrutamento militar era um serviço considerado de valor pouco expressivo dentro da sociedade colonial. Aqueles considerados sem qualidades nas hierarquias coloniais eram destinados a compor tropas mal alimentadas, malvestidas e pouco remuneradas. Os motivos para esta repugnância eram variados: desde a violência no decorrer do processo de recrutamento, a falta de soldo e pão prometidos, até a ocorrência de maus tratos e o próprio medo da guerra, o qual afligia os homens e suas famílias. (MELLO, 2004, p. 175)

Assim como o recrutamento militar era uma atividade baseada na coerção, a deserção era uma das opções que muitos homens escolheram no decorrer de suas vidas para fugir daquele tipo de serviço. No ir e vir de tropas, muitos poderiam “se perder” propositadamente e se desviar do caminho principal, motivados pelo pavor de uma guerra e também pela sedução dos inimigos na fronteira. A importância do tema reside justamente em pensarmos o papel destas forças na fronteira, bem como suas possibilidades de negociação e barganha em meio a um ambiente hostil. Registros sobre



a deserção foram encontrados em diversos momentos e contextos, o que evidencia tanto a preocupação das autoridades com os passos dados por aqueles homens quanto a própria necessidade de melhorar suas defesas internas. As informações trazidas pelos desertores e seu conhecimento do que acontecia na região poderia ajudar um lado ou outro na disputa pelos territórios em questão no jogo geopolítico.

Estas informações foram reproduzidas sob o tom das autoridades de fronteira, seguindo sua própria interpretação dos dados obtidos através da fala do desertor que buscava proteção. Esta fala era repassada às outras autoridades como capitães e mesmo o Vice-Rei através de documentos oficiais como correspondências, ofícios e instruções. Nesse ínterim, pode se considerar que a deserção fazia parte dos processos geopolíticos bélicos e, nas zonas de fronteira, este poderia ser um elemento a mais para a preparação das forças beligerantes a partir das movimentações do outro.

Para fins deste texto, trataremos das possibilidades de circulação de informações em ambos os lados da fronteira sulina, em especial a do Rio Grande, onde se pretende analisar quais informações estes desertores traziam e seu nível de importância aos espanhóis e portugueses naquelas paragens em vésperas de ocorrer um novo conflito entre as duas forças no Prata, dentre os anos de 1775 e 1776. Nosso intento reside em mostrar, por um lado, como o acesso à informação poderia trazer benefícios a quem desertasse e, por outro, por que os movimentos das tropas portuguesas e espanholas estavam causando certo sentimento de histeria⁴ nas fronteiras do Rio da Prata. Ademais, percebemos o quanto a guerra pode ter impactado o conjunto de relações sociais pré-existentes, bem como a estrutura familiar dos soldados que transitavam de um lado para outro da fronteira.

Sobre o recrutamento militar: algumas ponderações.

Antes de observar os desertores e a natureza de seus relatos, é necessário sublinhar algumas características do recrutamento militar naqueles tempos. De acordo

⁴ A ideia de histeria vem da psicanálise, onde alguns autores têm se debruçado para compreender este sentimento, muitas vezes tomado para a compreensão da coletividade sob um determinado contexto. Autores como Georges Lefebvre ressaltam que a histeria estaria associada ao medo coletivo, à força dada à circulação de boatos e notícias que nem sempre eram verdadeiras. Nesse sentido, usamos o termo para designar um contexto complexo no meio social, onde as pessoas que estavam na fronteira vivenciavam um constante estado de alerta e preocupação.

com a bibliografia especializada, é consenso dizer que, por ser uma medida forçada, o recrutamento não produzia soldados profissionais de excelência, fato este que acarretava numa série de queixas às autoridades portuguesas e espanholas no decorrer do século XVIII. Por isso, as deserções, vistas enquanto fruto da má qualidade das tropas, constituíam um problema no cotidiano da defesa da fronteira. (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004) Além disso, o serviço militar poderia consistir numa moeda de troca, com o qual senhores obtinham alguns privilégios através do embate entre o uso das isenções consensuais e legais, centradas nas instruções, e uma administração honorária dos chamados “notáveis locais”. (MENDES, 2004)

A produção sobre uma história militar se deu inicialmente como uma forma de estudar a formação dos Estados Nacionais. No continente europeu, tal visão tem destaque na medida em que pensar a nação implicava pensar nas guerras que produziram os Estados, onde o poder das armas é primazia das Forças Armadas. (HUNTINGTON, 2006) Ao longo dos anos 1930, a história militar foi perdendo espaço, bem como a história política, especialmente sob a influência dos *Annales*, num novo modo de fazer historiográfico⁵. (FALCON, 1997; BURKE, 1991) Entretanto, em fins do século XX, o retorno de interpretações baseadas na História Política permitiu uma renovação dos estudos militares, quando as críticas em torno de uma história militar centrada no tema da guerra e da administração da violência deram lugar a uma leitura mais contextual dos processos bélicos ao levar em consideração aspectos sociais, culturais, geográficos e psicológicos que envolviam as pessoas nos conflitos.

No continente europeu, a eclosão da Guerra dos Sete Anos (1758-1763) produziu rivalidades e efeitos que se espalharam tanto no Velho quanto no Novo Mundo. Na visão de alguns especialistas, a guerra em si representou uma luta pela primazia mundial a qual envolveu tanto a Europa quanto o continente americano. (ELLIOT, 2006, p. 292-293) Além de governos ameaçados, a posse de territórios também estava em disputa – e a América não ficou imune a esses acontecimentos. Inimizades foram reafirmadas e os conflitos envolvendo portugueses e espanhóis no

⁵ Os *Annales* influenciaram a produção historiográfica ao relegar o processo político a outro plano e pensar em outras formas de problematização dos fenômenos sociais. Porém, devemos considerar que os estudos sobre a história militar prevaleceram em países como Inglaterra e Estados Unidos, ainda que os mesmos não tivessem uma cadeira específica para o campo da História Militar em seus Programas de Pós-Graduação. (CRAIG, 1986, p. 352)

Prata tinham por característica principal as ações dos súditos uns contra os outros, envolvendo temas como a circulação e o comércio de gado. A necessidade de uma reorganização nos quadros militares tornou-se crucial, sobretudo para os portugueses, quando da derrota na campanha de 1762 e a entrada do Governador de Buenos Aires, D. Pedro de Cevallos, na Praça da Colônia do Sacramento. (POSSAMAI, 2004)

Com a assinatura do Tratado de Paris em 1763, o conflito chegou ao fim ao dar reconhecimento à vitória inglesa, embora a Inglaterra tenha saído arrasada por dívidas. Além disso, este tratado se inseriu num conjunto mais amplo de acordos fronteiriços envolvendo portugueses, espanhóis, franceses e ingleses no Novo Mundo.⁶ Além disso, tanto a Inglaterra quanto a Espanha se viram em urgente necessidade de reformular sua estrutura política e administrativa, o que também significava reorientar a sua relação com as colônias americanas a fim de melhor administrá-las. No que tangia ao serviço militar, transpor para as colônias americanas um modelo de organização militar mais europeu passou a ser fundamental naqueles anos, fato este expresso pela manutenção do conde de Lippe em Portugal mesmo com o fim do conflito armado. (CRUZ, 2013, p. 105-107)

O final do conflito no continente europeu era sinônimo de uma relativa paz entre as duas metrópoles e, por conseguinte, envolvia também as suas respectivas colônias – o que abriria caminhos para a negociação de um novo tratado de limites entre portugueses e espanhóis, formalizado em 1777. (REZENDE, 2006, p. 280) Contudo, a manutenção de forças militares no Rio da Prata, mesmo sob os auspícios da paz e da amizade, era indicativo das dificuldades vivenciadas naquele contexto. A guerra, pensada enquanto uma situação-limite, representa, assim, uma mudança no ordenamento de prioridades, pelas quais assuntos da vida cotidiana e ordinária são suspensos pela maior presença do perigo. (CLAUSEWITZ, 1988, p. 109-113)

Nesse ínterim, o recrutamento militar, especialmente para áreas fronteiriças, constituía um problema para governos imperiais e autoridades locais. A dificuldade de incorporar defesas constantes e abastecê-las de condições mínimas de sobrevivência

⁶ Segundo Elliot, os ingleses detiveram o Canadá em troca da devolução dos territórios da Martinica e Guadalupe para a França. A Espanha teve de ceder aos ingleses a parte leste do rio Mississipi, na Florida, para reaver Cuba. Por sua vez, a França transferiu a colônia da Louisiana aos espanhóis – os quais não tinham condições de defendê-la. Assim, a França deixou suas possessões na América do Norte e a Inglaterra e a Espanha puderam se enfrentar a fim de dominar regiões fronteiriças pouco colonizadas e se expandir pelos extensos territórios indígenas. (ELLIOT, 2006, p. 295)



levantava a bandeira para os recrutamentos forçados e, por conseguinte, estimulava deserções constantes. (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004) Num contexto onde as relações internacionais pendiam tanto para o enfrentamento quanto para a aliança, fenômenos como a deserção foram observados pelas autoridades coloniais e metropolitanas na medida em que se procurava conter estas movimentações e, conseqüentemente, manter as tropas ordenadas. (GARCÍA, 2004)

Logo, a dificuldade de obter soldados alimentava uma busca crescente por homens em prol da defesa da fronteira, considerada vulnerável a ataques externos. (FERREIRA, 2006) Às vésperas de um novo conflito bélico envolvendo portugueses e espanhóis pela posse definitiva da Colônia do Sacramento, as perspectivas de reformas e melhorias no serviço militar foram lançadas a fim de conter as deserções e manter os esforços pela posse daquela praça e de outras regiões então de domínio português.

Deserções e informações: um teatro das operações da fronteira.

No universo fronteiriço, a deserção era uma possibilidade encontrada pelos soldados que não conseguiam fugir ao recrutamento compulsório. Ademais, o desertor tinha uma função importante tanto para os portugueses quanto para os espanhóis no Prata: servia como portador de informações do andamento das tropas do inimigo, de seu estado, do que carregavam; isto poderia ser um elemento a mais na preparação do terreno e de uma conseqüente vitória nas batalhas. Numa carta, Francisco Xavier de Mendonça Furtado orientava o Conde da Cunha a proceder com os desertores conferindo-lhes um bom tratamento, com as despesas envolvendo alimentação e armamentos pagos às custas da Real Fazenda.⁷

Do lado espanhol, tratamento semelhante também fora dado a desertores de terras portuguesas. Nos idos de 1771, os desertores portugueses Francisco Lopes de Araújo, Francisco Cardoso, Pedro Lemos e Manuel Pereira receberam dos espanhóis um valor em pesos para gastos com seu vestuário.⁸ Manuel de Castillo, Sargento da

⁷ CARTA de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Conde da Cunha. Palácio Nossa Senhora da Ajude, 18/03/1767. Arquivo Nacional. Secretaria do Estado do Brasil. Códice 67, vol. 3.

⁸ RELACIÓN de alimentos fornecidos por Manuel de Castillo a los desertores venidos de Portugal, 1º/12/1771. Archivo General de la Nación Argentina (Doravante AGN). Sala IX. Gobierno del Rio Grande, 16 – 2 – 8.



Primeira Classe do Regimento de Infantaria de Buenos Aires, forneceu dezesseis dias de ração completa para desertores vindos de Portugal.⁹

Além de desertores portugueses e espanhóis, temos a presença de escravos que, em muitos casos, alistavam-se para o serviço militar a fim de conseguir a liberdade e acabavam por desertar em solo espanhol a fim de desfrutar dela, de fugir de conflitos acompanhando seus senhores e, dependendo das circunstâncias, ter um bom tratamento dado por aquelas autoridades. Deve-se salientar que os espanhóis usavam tropas de milícias negras desde o século XVI e, além disso, as fugas associadas ao serviço militar e a perspectiva de liberdade ocorreram em vários espaços do vasto Império espanhol, sendo uma forma de abastecimento e formação de novas tropas através de argumentos como a conversão ao catolicismo e a sedução dos escravos de inimigos nos espaços de fronteira. (LANDERS, 2011, p. 59-84; VINSON III, 2000, p. 471-496) Os negros Juan José e Pablo da Costa podem ser exemplos na medida em que, ao terem chegado nus a um dos acampamentos espanhóis, fora-lhes dado uma camisa, calças, um poncho ordinário e um gorro para se vestir.¹⁰

Além da possibilidade de obter um melhor tratamento, os desertores portavam informações que poderiam ser importantes aos comandantes da fronteira e, conseqüentemente, ao Governador do Rio da Prata. Serviam também como espias dos lusos e hispânicos e forneciam informações que, mesmo imprecisas, davam conta do que ambos os lados poderiam esperar num porvir em relação às ameaças de guerra na fronteira. Em especial, depois da Guerra dos Sete Anos, a chegada de desertores tanto em terras lusas quanto hispânicas servia para atualizar informações sobre um novo conflito nas paragens do Prata. Por isso, o estado de vigilância entre ambas as partes era constante, pois, ainda que o Tratado de Paris sinalizasse uma relativa paz, no mundo colonial, certa inimizade prevalecia.

Um exemplo da circulação de informações pelos territórios de Portugal e Espanha é José Carlos Vicente de Sousa, súdito português natural de Lisboa e desertor da Vila do Rio Pardo. Trouxe consigo cinco escravos e uma canoa de cinquenta palmos de largura. Homem solteiro, parecia ser decente aos olhos espanhóis. Tinha informações

⁹ INFORME sobre gastos con ropas para los desertores de Portugal, 22/11/1774. AGN. Sala IX. Gobierno del Rio Grande, 16 – 2 – 8.

¹⁰ INFORME del Comandante de la Frontera sobre la llegada de desertores portugueses. Rio Grande, 09/11/1774. AGN. Sala IX. Gobierno del Rio Grande, 16 – 2 – 8.



sobre uma “[...] embarcación grande construida en Viamón se votó al agua, pero que le consta no habia tarcia, cables, ni Anclas para ella [...].” Tal embarcação era reforçada e não parecia ser, segundo o mesmo, para o transporte de víveres. Ainda ouviu dizer que estes petrechos eram esperados e seriam enviados pelo porto de Laguna. Informava também que havia uma tripulação de cinquenta marinheiros, e os portugueses estavam lançando mão de homens casados para compor este total. Ademais, Vicente de Sousa dizia que “[...] Todos los vecinos están alistados en las Milicias a quienes se dió de fiesta sin excepción [...].”¹¹

Estes relatos demonstram a crescente militarização da sociedade colonial naqueles anos, reflexo de reformas que visavam tornar o serviço mais atrativo e, conseqüentemente, alvo de poucas deserções. Temas como o pagamento de soldos, a qualidade dos uniformes usados e as atividades diárias das tropas e regimentos eram informadas por quem vinha das paragens lusitanas, de maneira a indicar que havia, diferentemente de campanhas anteriores, uma maior preparação para um conflito e a defesa da fronteira. Fosse para intimidar os espanhóis ou simplesmente defender aquele espaço indeterminado, é perceptível que havia preocupação com o aumento das defesas fronteiriças no Rio Grande.

Para além das informações em torno da movimentação de tropas lusitanas, o português afirmou a existência de gados de Sua Majestade Católica nas terras de Viamão, “pero no declara Personas determinadas”. Ou seja, além de notícias sobre as estratégias adotadas pelos portugueses para uma possível guerra, também circulavam informações sobre o gado e seu contrabando pelas fronteiras com a América portuguesa. Em troca de tais informações, José de Molina lhe ofereceu proteção regular e o desertor deveria partir na primeira oportunidade para Buenos Aires.¹²

Os roubos de gados e cavalos eram abordados constantemente nos relatos dos desertores e, por consequência, nos informes dos Comandantes de fronteira aos Governadores. Nas denúncias remetidas pelo Governador de Buenos Aires ao Comandante da fronteira, muitos destes ladrões de gado eram descritos como índios peões, espanhóis e portugueses fugitivos, compondo um grupo de pessoas procuradas

¹¹ CARTA de José de Molina a Juan José de Vértiz. Rio Grande, 05/01/1772. AGN. Sala IX. Gobierno del Rio Grande (1769-1772), 16 – 7 – 1.

¹² CARTA de José de Molina a Juan José de Vértiz. Rio Grande, 05/01/1772. AGN. Sala IX. Gobierno del Rio Grande (1769-1772), 16 – 7 – 1.

pela justiça. A sensação de insegurança transparecia na medida em que se exaltava a liberdade destas gentes, bem como a proteção e auxílio vindos de Governadores e outras autoridades do Rio Grande. Pessoas de Minas e de São Paulo encontravam ali “[...] asilo y amparo indistintamente todo gênero de delinquentes y malhechores, asi de los domínios del Rey, como de los de Portugal [...].”¹³

O envolvimento de autoridades também colocava em cena a figura do Comandante da fronteira do Rio Pardo, acusado de auxiliar os ladrões com anuência do Governador de Viamão. José de Molina pleiteava que não se admitissem pessoas vadias e desconhecidas naquelas paragens, justificado pela proibição da entrada de animais espanhóis nas terras lusitanas¹⁴. Cabe ressaltar que havia uma dose de permissividade justificada pela falta de recursos da Coroa para manter as defesas territoriais. (GIL, 2009, p. 160) Nesse contexto, o recrutamento militar não atendia as demandas necessárias de defesa e de policiamento da fronteira.

Não era apenas os desertores o alvo dos olhos espanhóis. Os contrabandos e as ações de malfeitores na fronteira também. O caso da Sumaca portuguesa Nossa Senhora da Bonança é elucidativo nesse sentido. Ao passar aos domínios de Sua Majestade Católica com uma tripulação composta por alguns “trastes” e dois marinheiros negros, a tripulação fora capturada e reclamada pelo Prático do navio pelo crime de roubo ao Comandante da Banda do Norte. Além da lancha e dos remos, reclamava o negro “por nome Joaquim da dita embarcação” e um “escravo Mestre por nome Roque”, dentre outros objetos.¹⁵ Em resposta, D. José de Molina dizia que devolvia todos os “trastes”, contudo “retenia la Lancha y los Negros Marineros por via de comiso como procedentes de Embarcación empleada en comercio ilícito [...].” O comércio pelo Rio era vedado aos portugueses e, embora fossem considerados de pouco valor, a lancha e os negros

¹³ Idem.

¹⁴ CARTA de José de Molina a Juan José de Vértiz. Rio Grande, 30/05/1772. AGN. Sala IX. Gobierno del Rio Grande (1773-1774), 16 – 7 – 2. Pelo lado espanhol, as ações lusitanas na fronteira eram resultado da inércia do governador do Rio Grande. Já pelo lado lusitano, havia convivência entre o mesmo governador, Sebastião Xavier da Veiga Cabral, e Rafael Pinto Bandeira, oficial português e contrabandista nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo. (GIL, 2009 apud MEDEIROS, 2016, p. 97)

¹⁵ RECLAMAÇÃO de Valério José de Macedo Azevedo, Comandante da Banda do Norte, a Juan José de Vértiz. Rio Grande, 1º/12/1773. AGN. Sala IX. Gobierno del Rio Grande (1773-1774), 16 – 7 – 2.



serviam como um exemplo para que os portugueses não ousassem transgredir a ordem expressa nos acordos firmados entre ambas as partes.¹⁶

O comércio de gado era um modo de sobrevivência naquelas paragens. Sua incorporação à economia local se deu inicialmente para suprir o abastecimento dos povos missioneiros dos 30 Povos Guaranis, localizados entre os rios Uruguai e Paraguai. Nesse sentido, a “origem” de uma economia *ganadera* no extremo sul da América atendia aos interesses portugueses e espanhóis na constituição de mercados para os produtos extraídos. Carnes, couros, sebos, eram matérias-primas importantes para a manutenção da economia platina. O roubo de gados e os abusos cometidos na fronteira acabavam por gerar querelas no conjunto das relações entre portugueses e espanhóis, onde o policiamento da fronteira passou a ser uma das possibilidades pensadas para conter vagabundos, foragidos e contrabandistas. (MEDEIROS, 2016, p. 80-81)

Muitas vezes, as informações dadas por desertores negros e índios eram importantes para a manutenção de uma vigilância constante da fronteira. O negro Estevam, de propriedade do Capitão de Dragões Domingo Tomás Lima, dizia às autoridades espanholas ter chegado à banda do Norte reforços de Cavalaria e Infantaria, bem como canhões de grosso calibre. Eram destinados inicialmente ao Rio Pardo, porém, foram levados a outra região. Ainda segundo seu relato, os portugueses aguardavam mais gente vinda do Rio de Janeiro e de São Paulo, mas não tinha ideia de números precisos.¹⁷ Com posse de tais notícias, o Comandante da fronteira julgava importante tomar providencias e precauções naquela região, o que fora solicitado imediatamente a Juan Vértiz.

Outro português desertor, chamado José Manuel, chegou à região de Maldonado juntamente com uma china¹⁸ com dois filhos e dois negros, sendo um deles escravo. O português testemunhava que “[...] Pocos dias antes de desertar salieron cuarenta carretas

¹⁶ CARTA de José de Molina a Juan José de Vértiz. Rio Grande, 15/02/1773. AGN. Sala IX. Gobierno del Rio Grande (1773 – 1774), 16 – 7 – 2.

¹⁷ INFORME a Juan José de Vértiz. Rio Grande, 05/05/1774. AGN. Sala IX. Gobierno del Rio Grande (1773-1774), 16 – 7 – 2.

¹⁸ O termo “china” tem várias definições nos dicionários espanhóis, indo desde “Criado o sirviente de rasgos aindiados” e “Persona del pueblo bajo”. A expressão também pode ser utilizada “para designar emotivamente, ora de manera cariñosa, ora despectiva, a alguien”. A definição que mais se aproxima do que estamos apresentando aqui é a ideia de que china era “Dicho de una persona: Descendiente de indio y negra, o de negro e india”. Mapa de diccionarios academicos de la Real Academia Española (RAE). Disponível em: <http://web.frl.es/ntllet/SrvltGUILoginNtlletPub> Acessado em: 08/10/2016.



de Viamão para el Puerto de Laguna [...]”, a fim de conduzir dois generais estrangeiros ao Rio de Janeiro. Dizia também que três Regimentos de Infantaria e uma porção de munições foram conduzidos a Laguna. Tanto a china, de nome Maria Mandarai, fugida do *pueblo* de São Miguel, quanto o escravo, que era de propriedade de Antonio José, confirmavam estas informações.¹⁹

Além de negros e súditos de Portugal, índios fugitivos também forneciam informações aos espanhóis. Dois deles, fugidos do Rio Pardo em 1774, disseram que um grupo de Paulistas aguardava um rebanho de bois “[...] y que dicen es p^a ir a Santa Tecla [...]”. O Governador de Misiones, ao informar tal estado de coisas, receava um possível ataque português à região e solicitava todos os meios possíveis para defender os domínios de Sua Majestade Católica.²⁰

Entre as autoridades portuguesas, eram constantes as informações sobre o envio e chegada de tropas rumo à região sul. Sobre a chegada de quatro regimentos ao continente do Rio Grande, José Marcelino de Figueiredo recebeu informes do Marquês do Lavradio onde se dizia crer “[...] que um corpo tão numeroso, e escolhido, poderá fazer respeitável aos Castelhanos essa nossa Fronteira [...]”. Além de aspectos envolvendo a quantidade de pessoas destinadas a este serviço, o Marquês reafirmava que o socorro necessário à região seria enviado por conta dos bons serviços prestados em nome de Sua Majestade Fidelíssima, “em defesa da Pátria e na conservação e aumento desta Capitania”. Além disso, Figueiredo reiterava a questão das deserções para o lado espanhol ao dizer que

“[...] é indizível a deserção dos brancos, índios e escravos; tem visto V.S. nesta ocasião que com os movimentos maiores que nunca houveram no Continente a ameaçados de sermos invadidos pelas maiores forças que nunca juntaram os nossos vizinhos [...]”²¹

Para além das deserções, Figueiredo afirmava o espírito de ânimo dos povos, pelo qual, longe de estarem amedrontados pelas forças do inimigo, mostravam-se “cheios da mais gostosa obediência” para se aprontar e defender o Continente do Rio

¹⁹ CARTA de José de Molina a Juan José de Vértiz. Rio Grande, 31/10/1774. AGN. Sala IX. Gobierno del Rio Grande (1773-1774), 16 – 7 – 2.

²⁰ CARTA do Governador de Misiones a Juan José de Vértiz. Misiones, 15/11/1774. AGN. Sala IX. Gobierno del Rio Grande (1773-1774), 16 – 7 – 2.

²¹ Carta do Marquês do Lavradio a Marcelino de Figueiredo. Rio de Janeiro, 14/03/1774. Arquivo Nacional. Cód. 104. Vol 1.



Grande. Sendo esta obediência uma possibilidade concreta ou não, é verossímil pensar que havia certo ânimo e moral para a defesa de uma região cara aos interesses lusos e espanhóis. Insuflar a população, sobretudo as famílias que viviam naqueles espaços em disputa, para os esforços de uma guerra representava também uma forma de intimidação dos inimigos. Isto não significa dizer que o recrutamento fosse visto de forma positiva em outros espaços coloniais. Na verdade, a perspectiva de recrutamento de soldados para a montagem de regimentos rumo ao sul naqueles anos era complexa na medida em que esta ação poderia abalar as relações internas constituídas nas províncias. O poder centralizador, representado pelas metrópoles, tinha embates com os poderes particulares, representados pelas localidades. (HESPANHA, 1995; MELLO, 2016, p. 145)

Portanto, as mostras de um esforço conjunto pela defesa da praça da Colônia do Sacramento e da margem setentrional do Rio da Prata foi constantemente ressaltadas nas correspondências trocadas tanto no lado português quanto no espanhol, assim como as informações extraídas de desertores em ambos os lados mostravam esse aspecto. O avanço lusitano por terras de mando espanhol, a partir de 1775, e a consequente retomada do controle do Rio Grande, que estava nas mãos dos espanhóis desde a guerra de 1762, mostram o aumento das forças em nome de Sua Majestade Fidelíssima para reaver aquela região. (BIROLO, 2014, p. 175) E este incremento das forças portuguesas foi sinalizado aos espanhóis pelos desertores que vagavam por suas terras naqueles anos.

Isto nos permite pensar que, em tempos de relativa paz, a manutenção da posse de determinados territórios era crucial às estratégias dos ibéricos no Prata, bem como as possibilidades de aumentar os terrenos sob seu domínio. (HERZOG, 2015, p. 42) Sendo assim, no conjunto das relações dos impérios ibéricos na América, os períodos de paz eram mais importantes que os de guerra em termos de aquisição territorial, domínio e posse de certas paragens. Pelo ponto de vista do recrutamento e serviço militar, embora as deserções fossem consideradas prejudiciais aos interesses de lusos e espanhóis na fronteira, o mesmo fenômeno permitia a confirmação de uma série de dados e informações sobre os passos dos portugueses e suas estratégias de defesa diante da fronteira espanhola.



Nesse sentido, o papel dado à informação era fundamental, garantindo certo capital de barganha tanto para as autoridades portuguesas quanto para as espanholas. Isto também nos remete a uma conexão mais ampla, na qual as movimentações na fronteira também estavam na pauta de assuntos das autoridades metropolitanas e coloniais. Nas instruções que Carlos III remeteu a Cevallos em seu retorno ao Rio da Prata, no ano de 1776, com poder de mando político e militar naquela região, o mesmo rei dizia que as tropas deveriam ser socorridas “sin que se les den todas sus pagas hasta el fin de la guerra, para que el interés y la esperanza de cobrar los alcances mantengan a los soldados en mi servicio y eviten su deserción.”²²

Em abril de 1774, Martinho de Melo e Castro remetia ao Marquês do Lavradio ordens para o envio contínuo de forças militares para o sul. Tropas oriundas do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e os montantes que já estavam em Viamão perfaziam a defesa da fronteira. Nesse sentido, homens eram recrutados compulsoriamente e contados, bem como o número de cavalos e munições para o esforço no campo de batalha. Mesmo considerada inicialmente como uma mostra de forças, Melo e Castro deixava claro que o “extremo remédio das armas”²³ deveria ser utilizado em caso de os espanhóis não desistirem de seus procedimentos, considerados injustos, nas regiões da Colônia do Sacramento e da margem setentrional do Prata.

No ano seguinte, o soldado do Regimento Velho do Rio de Janeiro, José Bartolomeu, e o negro marinheiro livre Miguel Antonio desertaram e chegaram ao acampamento espanhol. O primeiro, natural do Rio de Janeiro, veio para o Rio Grande na bateria chamada “cortina nova” e desertou no Forte de São Jorge. Afirmou a chegada de cinco embarcações armadas a serem levadas de Santa Catarina com o primeiro vento favorável.²⁴ Sobre notícias de um Regimento do Porto e quatro companhias, Antonio Bernardo, outro desertor português do Regimento de Bragança, dizia que estavam a caminho, mas não se sabia onde os mesmos estavam e menos ainda o estado de sua marcha. Mencionou os reparos nas fortificações de Concepción e na Ponta de São

²² INSTRUCCION de gobierno expedida por el rey al virrey Don Pedro Cevallos. San Ildefonso, 15/08/1776. AGN. Campaña del Brasil. Antecedentes coloniales, tomo III. p. 426.

²³ OFÍCIO de Martinho de Melo e Castro ao Marquês do Lavradio. Lisboa, ?/04/1774. Arquivo Nacional. Cód. 104. Vol 1.

²⁴ DECLARAÇÃO de José Bartolomeu, soldado do Regimento Velho do Rio de Janeiro. Rio Grande, 27/12/1755. AGN. Sala IX. Gobierno del Rio Grande (1775), 16 – 7 – 3.



Pedro, assim como o pagamento diário das tropas. Por fim, abordou a existência de um Parque de Artilharia.²⁵

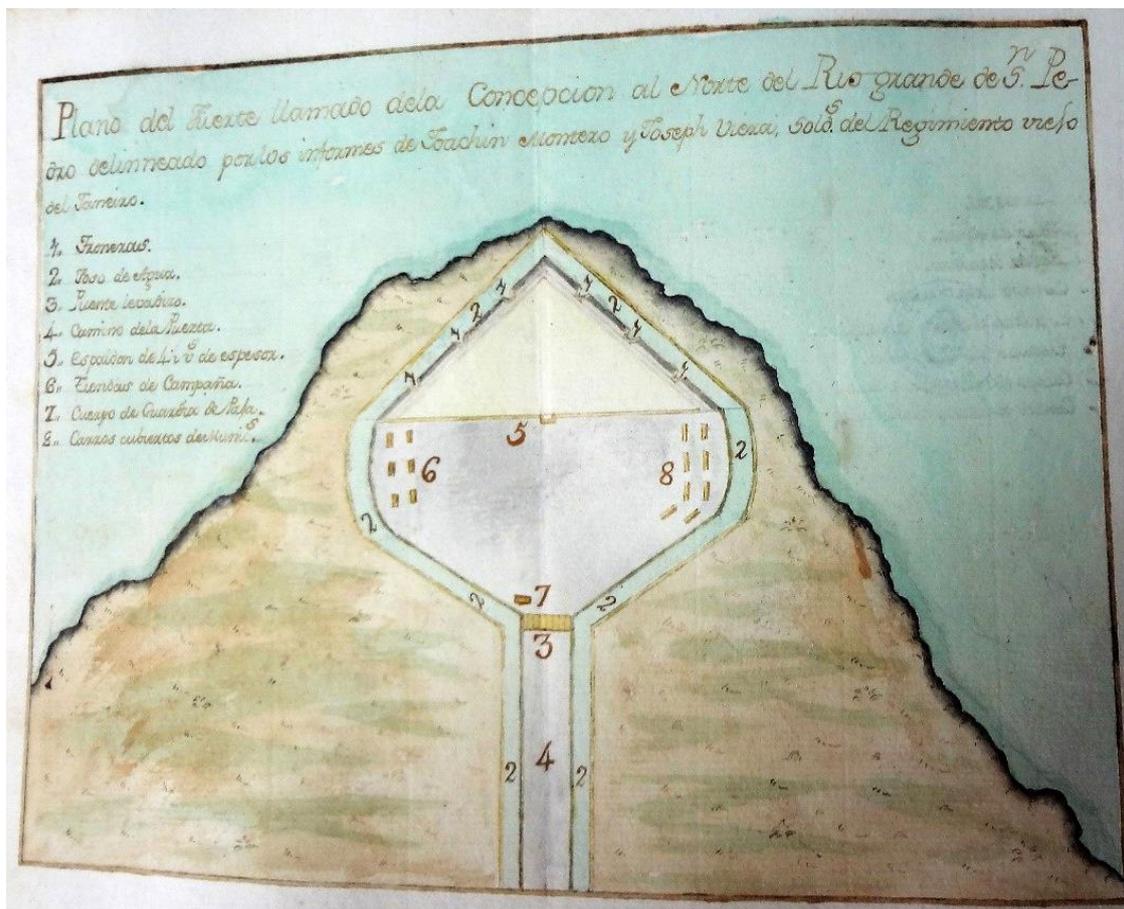


Imagem 1: Plano do Forte chamado da Conceição ao Norte do Rio Grande de S. Pedro delineado pelos informes de Joaquim Montero e Jose Vieira, soldados do Regimento Velho de Janeiro. Fonte: Archivo General de la Nación. Sala IX. Gobierno del Rio Grande (1775), 16 – 7 – 3.

José Francisco, soldado do Regimento do Rio de Janeiro, e Miguel Antonio, negro livre e marinheiro, desertaram da embarcação “A Invencível” e chegaram à ilha do Ladino. Diziam que não havia certezas sobre o Regimento do Porto e suas movimentações, o qual poderia estar de viagem por Laguna para o Rio Grande ou nem ter saído de Santa Catarina. Ouviram falar da vinda de quatro companhias da Bahia e

²⁵ DECLARAÇÃO do soldado português Antonio Bernardo, desertor do Regimento de Bragança. Rio Grande, 27/12/1775. AGN. Sala IX. Gobierno del Rio Grande (1775), 16 – 7 – 3.

outra de Santos.²⁶ É interessante percebermos que as informações obtidas davam aos espanhóis uma espécie de teatro de operações de uma iminente guerra com Portugal, no qual saber os passos do inimigo e procurar se antecipar a eles era uma das estratégias adotadas tanto pelos portugueses quanto pelos espanhóis na fronteira. Ser vigilante era fundamental para a sobrevivência nos espaços fronteiriços ao longo daqueles anos.

As incertezas dadas por estes desertores, sobretudo por conta de informações que ouviam dizer, eram reportadas às autoridades espanholas com tom de dúvida; mas também com uma série de certezas. Nesse sentido, a proteção a desertores – sejam índios, negros livres e escravizados e súditos portugueses – também constituía uma estratégia de defesa, especialmente no Rio Grande. Porém, a qualidade da proteção a ser dada a estes sujeitos que circulavam dependia da própria informação a ser oferecida em troca. Nesse ínterim, a barganha entre os dois lados era evidente.

É possível perceber que nos idos de 1770 José de Molina repassava as informações a Juan Vértiz sobre a chegada de desertores que sabiam notícias tanto dos gados roubados quanto das movimentações portuguesas rumo à América Meridional. Ademais, a entrada de desertores índios e negros também se constitui em elemento importante para a compreensão das possibilidades de sobrevivência num ambiente indefinido e palco de futuros litígios. Seja como indivíduos empreendendo ações individuais, seja como acompanhantes de seus senhores para fugir do recrutamento e da guerra, estes procuravam asilo e proteção nas terras espanholas portando informações que, verídicas ou não, deixavam os espanhóis em constante estado de alerta. Tal mobilidade também acontecia no lado português, motivada pela sensação de insegurança semelhante, cuja reciprocidade estava amparada na promessa de proteção nos dois casos. Por isso, o valor conferido à informação era fundamental e proporcional ao tipo de proteção concedida pelos servidores dos monarcas ibéricos.

A expedição liderada por Pedro Cevallos e a posse da ilha de Santa Catarina, bem como a retomada do Rio Grande e da Colônia do Sacramento pelos espanhóis foram uma resposta às ações lusitanas dos anos imediatamente anteriores. A escolha de Cevallos para esta missão não foi fruto do acaso na medida em que o mesmo era

²⁶ DECLARAÇÃO de José Francisco, desertor do Regimento do Rio de Janeiro, e do negro livre Miguel Antonio, Marinheiro da embarcação “A Invencível”. Rio Grande, 20/12/1775. AGN. Sala IX. Gobierno del Rio Grande (1775), 16 – 7 – 3.

conhecedor da região e possuía experiência com as pessoas do local, especialmente para a mobilização das milícias. O mando político e militar concedido a ele, portador do título de Vice-Rei do Rio da Prata, explica-se em parte por estes fatores. Outro fator preponderante foi a militarização da política na região atrelada ao reformismo espanhol, na qual o exército seria o respaldo da execução das ordens que vinham da coroa espanhola. (BIROLO, 2014. p. 176-178)

Com o fim do conflito e a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso (1777), parece-nos que a chegada dos desertores continuava a ocorrer. Pelo tratado, era possível discutir a possibilidade de mútua devolução de desertores. Porém, as medidas para efetuar esse controle na fronteira eram complexas, dada a vastidão dos espaços e as possibilidades de contato entre portugueses e espanhóis. Nos idos de 1779, numa relação onde constavam as culpas de pessoas enviadas do Rio Grande para o Rio de Janeiro, temos o cabo de Cavalaria Ligeira Manuel Pinto que havia cometido o crime de “[...] desertar e ir com outros Ladrões a fazer arreadas e distúrbios em Montevideú [...]” juntamente com outros soldados da mesma cavalaria, Gabriel Rodrigues e José Marcelino. Além da participação em arreadas e no contrabando de gado naquelas paragens, outras histórias nos dão conta da imprevisibilidade das ações destes desertores. Antônio Soares era acusado de ter atirado em alguém do Regimento de Dragões que estava para prender seu irmão, o Sargento de Cavalaria Ligeira, Bernardo Soares.²⁷

Em 1780, Luis de Vasconcelos e Sousa noticiava a Martinho de Melo e Castro a presença de sete desertores espanhóis, os quais pertenciam à tropa e à Marinha da Espanha. Estes, desertados nas regiões do Rio Grande e de Santa Catarina. Vasconcelos solicitava que Melo e Castro tomasse medidas as quais “[...] lhes haja de dar o destino que lhe parecer justo [...]”²⁸ Tal “destino” nos permite entender que eles corriam o risco de serem devolvidos às terras espanholas ou permanecer no território lusitano, de modo que cabia a autoridades superiores pensar a respeito. Nesse ínterim, percebemos os conflitos e dificuldades no processo de devolução mútua de desertores, os quais poderiam servir de barganha para futuras negociações no sul da América.

²⁷ OFÍCIO de José Marcelino de Figueiredo a Luis de Vasconcelos e Sousa. Porto Alegre, 11/09/1779. ANRJ. Secretaria do Estado do Brasil. Códice 104, vol. 1.

²⁸ OFÍCIO de Luis de Vasconcelos e Sousa para Martinho de Melo e Castro. Rio de Janeiro, 1º/03/1780. ANRJ. Negócios de Portugal. Códice 68, vol. 2.



A deserção não afetava somente os homens que transitavam de um lado para outro nas fronteiras do Prata. A estrutura familiar também era prejudicada na medida em que as mulheres sofriam desgastes com o período de separação de maridos e filhos. Isto fica claro quando mulheres de alguns soldados que “desertaram do Rio Grande para esta Front[eira], e daqui para outras partes do Continente, incessantem[en]te rogam se perdoe a seus maridos refugiados [...]” com base no perdão régio, ou indulto, pelo qual nada parecia ser inicialmente acertado e cabia ao Vice-Rei decidir a respeito.²⁹

O perdão régio era uma forma dos desertores regressarem a seus lares sem nenhum tipo de sanção por parte das autoridades, o que, por sua vez, beneficiava o estabelecimento das famílias no continente do Rio Grande. Sendo assim, era possível ver tais práticas em outros espaços coloniais. De acordo com Christiane Pagano de Mello, o Capitão Geral de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782), noticiou a prisão de muitos homens que saíram rumo aos sertões e matos distantes e, diante desta ofensiva, muitas famílias teriam ido até a ele para se tornarem soldados “pedindo perdão pela inobediência.” (MELLO, 2016, p. 145) No contexto aqui esboçado, percebemos que a guerra movimentava tanto os homens envolvidos na deserção quanto a sua estrutura familiar numa fronteira litigiosa e, ademais, os núcleos familiares constituíam uma força importante nas relações de poder estabelecidas na fronteira, onde sua lealdade era fundamental às defesas do território. Por isso, é importante observar o papel desempenhado pelas famílias no conjunto das relações sociais estabelecidas nos espaços de fronteira. (GARAVAGLIA, 1999, p. 73)

Nesse sentido, é perceptível que os efeitos das guerras pela Colônia do Sacramento afetavam o cotidiano e o estabelecimento de núcleos familiares no sul da América na medida em que as mesmas perdiam seus chefes de família, tanto pelo recrutamento forçado quanto pelas possibilidades de aliciamento pelos inimigos na fronteira. Questões ordinárias davam lugar ao perigo iminente da guerra, conforme sinaliza Clausewitz (1988). Tal perigo poderia ser de diversa natureza: perda de familiares, recursos, sustento. Ainda assim, ter informações sobre o andamento das tropas na fronteira poderia representar uma espécie de “crédito afetivo, feito de serviços prestados, de fidelidade reconhecida, de respeito e de dependência.” (LEVI, 2000, p. 32-

²⁹ OFÍCIO de José Marcelino de Figueiredo a Luis de Vasconcelos e Sousa. Rio Pardo, 26/05/1779. ANRJ. Secretaria de Estado do Brasil. Códice 104, vol. 1.

33) Num contexto onde a lealdade e o serviço eram pedras fundamentais para o estabelecimento de súditos nas colônias, a informação tornou-se crucial para se manter protegido e sobreviver no ir e vir da fronteira.

Considerações finais

Nos idos de 1776, D. Pedro de Cevallos recebeu um conjunto de ordens régias e empreendeu nova tentativa de anexar a Colônia do Sacramento no conjunto das terras pertencentes a Coroa espanhola. Diferentemente da campanha de 1762, na qual ele contou com o apoio de forças locais, índios guaranis e escravos de Buenos Aires, em 1776, houve um envio de tropas espanholas para a bacia do Prata, as quais estariam sob seu comando. (BIROLO, 2014) Acreditamos que o envio destas tropas se explicava tanto pela necessidade de contingentes militares quanto para estabelecer um padrão de comando das batalhas, no qual as decisões ficariam a cargo de peninsulares.

Ademais, segundo Bodelón (2013), o contexto evidenciava que o Rio da Prata passou a ser um espaço estratégico dentro da geopolítica espanhola, ganhando importância no mundo colonial hispânico. Sob o comando de Cevallos, a ilha de Santa Catarina – atual Florianópolis – foi tomada pelos espanhóis, assim como Colônia. A ilha foi tomada por motivos estratégicos, já que a mesma poderia servir como apoio às estratégias portuguesas. (BODELÓN, 2013) Quando se preparava para reaver o Rio Grande, o mesmo recebeu ordens de Madri para cessar as hostilidades, pois um acordo de paz estava sendo negociado entre os soberanos europeus. (REZENDE, 2006, 279) A assinatura do Tratado de Santo Ildefonso também evidenciava este quesito ao colocar em evidência o estabelecimento dos limites entre portugueses e espanhóis, com o qual os espanhóis conseguiam efetivamente a posse de Sacramento e os portugueses reouveram a ilha de Santa Catarina e o Rio Grande.

A posse da Colônia do Sacramento constitui um capítulo importante da história das relações entre portugueses e espanhóis na América. Nesse sentido, a defesa do sul do continente era assunto constante entre as autoridades ibéricas, seja em períodos de paz ou de guerra. Além disso, a necessidade de defesas territoriais e da ocupação daquele espaço incidia diretamente na vida das pessoas que ali estavam. Por isso, a militarização da fronteira sul foi elemento fundamental para o estabelecimento de



limites entre as soberanias portuguesas e espanholas. Entre os anos de 1763 e 1777, percebemos que houve uma preparação das operações para uma possível guerra, o que nos leva a considerar que as rivalidades produzidas na América prevaleceram sobre os acordos de paz traçados na Europa.

O papel dos desertores e suas ações na fronteira nos mostram, no seio das autoridades de fronteira e peninsulares, certo sentimento de histeria coletiva vivida naqueles anos, perceptível através da ação de espionagem na qual os desertores eram retratados no senso comum. As informações extraídas dos desertores, muitas vezes obtidas através do ato de ouvir dizer, levavam a preocupações nem sempre infundadas, as quais causavam medo e alarme nas autoridades. Uma série de boatos poderia se transformar numa verdade e a defesa da fronteira, em constante estado de alerta, acarretava no sentimento de medo coletivo, vivenciado desde as autoridades locais até os habitantes comuns e suas famílias, súditos de uma ou outra coroa.

Embora fosse interpretada como uma ação natural, cotidiana, e não estar relacionada diretamente à traição à pátria, a deserção era um produto do próprio processo de recrutamento, marcada pela violência e ausência de recursos mínimos para a sobrevivência. Nesse sentido, medidas de devolução de desertores entre ambas as partes foi prescrita como um dos pontos do Tratado de Santo Ildefonso (1777) a fim de acalmar os ânimos de uma fronteira a ser reconstruída e restabelecer a paz naquelas paragens do sul da América.

Por tudo que foi exposto, é visível que ocorreu a circulação de pessoas e informações numa fronteira aberta, bem como a necessidade de segurança naquelas regiões. Certa rotina de circulação das pessoas permitia a troca de informações, serviços e favores em ambos os lados da fronteira. Por motivos semelhantes, soldados portugueses e espanhóis, índios, escravos e negros livres fugiam ou desertavam pela América meridional nas proximidades de novas ofensivas envolvendo os impérios ibéricos no Prata. E, como forma de sobreviver, relatar aquilo que ouviam dizer ou viam acontecer no lado inimigo poderia ser uma estratégia para adquirir novos laços e lealdades junto às autoridades de uma fronteira porosa e indeterminada.



Referências Bibliográficas

- ANDÚJAR CASTILLO, Francisco. Guerra, venalidad y asientos de soldados en el siglo XVIII. *Studios históricos*. Historia moderna, nº 35. Espanha: Ediciones de la Universidad de Salamanca. 2013.
- BEN VINSON III. Race and Badge: Free-Colored Soldiers in the Colonial Mexican Militia. *The Americas*, Vol. 56, n. 4 (Apr., 2000).
- BIROLO, Pablo. *Militarización y política en el Rio de la Plata colonial*. Cevallos y las campañas militares contra los portugueses, 1756-1778. Buenos aires: Prometeo editorial, 2014.
- BODELÓN, Oscar. La ocupación española de Santa Catarina (1777-1778). Una isla para Carlos III. Tese de Doutorado. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2013.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales – 1929-1989*. A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: UNESP, 1991.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *De la guerre*. Paris: Minuit, 1988.
- CRAIG, Gordon A. Delbrück: the military historian. *Makers of modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton: Princeton University Press, 1986.
- CRUZ, Miguel Dantas da. A militarização do território no Brasil meridional (c.1766-1800). In: MOTTA, Márcia; MACHADO, Marina; SERRÃO, José Vicente. *Em terras lusas: conflitos e fronteiras no Império português*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.
- FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FERREIRA, Gabriela. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo. Hucitec, 2006.
- GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Pastores y labradores*. Una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1830). Buenos Aires: IEHS/Ediciones de la Flor, 1999.
- GARCÍA, Jorge Chauca. Los “otros” militares: desertores en la América Meridional Española del siglo XVIII. *Revista de Historia Moderna*. Madri: Anales de la Universidad de Alicante, nº 22, 2004.



- HESPANHA, António Manoel. *História de Portugal Moderno: político e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- HERZOG, Tamar. *Frontiers of possession. Spain and Portugal in Europe and the Americas*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2006.
- LANDERS, Jane. Movilidad de la diáspora y comunicación entre la población de origen africano en el Circuncaribe. In: VELÁZQUEZ, Maria Elisa (Coord.). *Debates históricos contemporáneos: africanos y afrodescendientes en México y Centroamérica*. México: INA/UAM, 2011.
- MEDEIROS, Pedro Vicente Stefanello. *Confuso labirinto: Um estudo sobre as bases da política agrária artiguista. (1767-1815)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016.
- MELLO, Christiane Pagano de. Deserções e privilégios: a guerra ao Sul da América. *MÉTIS: história & cultura*, v. 3, n. 5, jan./jun. 2004.
- _____. As artes da guerra: antes e depois de Pombal. América portuguesa no século XVIII. *Dimensões*, v. 37, jul.-dez. 2016.
- MENDES, Fábio. A economia moral do recrutamento militar no Império Brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 13, nº 58. 1998.
- MENZ, Maximiliano M. *Entre impérios. Formação do Rio Grande na crise do Antigo Sistema Colonial português (1777-1822)*. São Paulo: Alameda Editora. 2009.
- MOUTOUKIAS, Zacarias. Gobierno y sociedad en el Tucumán y Río de la Plata, 1550-1800. *Nueva Historia Argentina*. Tomo 2. Buenos Aires: Sudamericana, 2000.
- POSSAMAI, Paulo. O cotidiano da guerra: a vida dos soldados na Colônia do Sacramento. *Colóquio internacional Território e Povoamento - A presença portuguesa na região platina*. Uruguai, 2004.
- PRADO, Fabrício. Colônia do Sacramento: a situação da fronteira platina no século XVIII. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 19, 2003.
- REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras. Tese de Doutorado. São Paulo, 2006.